

## Contextos e tendências da vivência a só em Portugal

*Rosário Mauritti<sup>1</sup>*

*A presente comunicação toma como objecto a caracterização social dos contextos e dinâmicas da vivência a só no Portugal contemporâneo, quer nas camadas mais idosas da população, quer nas fases iniciais e intermédias dos trajectos de vida. Prevê-se a realização de uma análise teórica e empiricamente fundamentada sobre as dinâmicas estruturais que, na sociedade actual, tendem a favorecer o crescimento destas situações, procurando aí identificar diferentes perfis de protagonistas. Para este efeito a toma-se como referente empírico privilegiado dados do INE relativos aos Censos 2001.*

Desde a década de 1960 que, nas sociedades ocidentais, o número de pessoas sós tem vindo a crescer de forma contínua e irreversível (Kaufmann, 2000). Portugal apresenta neste indicador uma tendência também de crescimento, embora em proporções bem menos acentuadas do que em outros países do Norte e Centro da Europa (Guerreiro, 2003). Como sublinha Maria das Dores Guerreiro, no contexto da UE, onde as famílias de pessoas sós detêm um peso relativo da ordem dos 30%, Portugal é o país com menor proporção deste tipo de família (em 2001, 15,5%, se se considerar neste conjunto apenas as pessoas que residem sós, sem partilha de alojamento; 17,3% quando nos reportamos à classificação do INE correspondente aos agregados domésticos de pessoas sós).<sup>2</sup>

O crescimento das famílias unipessoais ao longo da última década do século XX, apesar da emergência relativamente tardia deste processo face a outros contextos, não deixa, contudo, de apresentar ritmos e intensidades superiores aos verificados no nosso país entre as décadas de 1960 e 1990 (3,1% entre 1991 e 2001, face a 1,9% nos 30 anos anteriores) (Aboim, 2003). Esta evolução recente inscreve-se em dinamismos intensos de transformação social que, sobre diversas dimensões e envolvendo processos globais multifacetados, atravessam a sociedade portuguesa actual: transformações demográficas, territoriais, socioprofissionais e socioeducacionais, todas elas, com as suas especificidades ou de forma articulada, com consequências profundas nos modos de vida e quadros culturais dos indivíduos e das famílias (Almeida Costa, e Machado, 1994; Machado e Costa, 1998, Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000). Na análise de caracterização dos dinamismos e contextos sociais que envolvem as condições de emergência e consolidação da vivência a só em Portugal, são estes processos que se procurarão aprofundar.

A abordagem que aqui se desenvolve toma como unidade de análise preferencial o indivíduo, e não a família. Nesta perspectiva, como se pode observar no quadro 1, as pessoas sós representam, em 2001, 6,1% da população portuguesa, valor que traduz um termos absolutos, face a 1991, um acréscimo de, sensivelmente, 196.000 indivíduos a residir sós.

Para este crescimento do número de pessoas sós, em Portugal, convergem tendências diversas, por vezes, de sentido contraditório. A evolução demográfica associada ao envelhecimento da população, com a maior esperança de vida e a quebra da natalidade, bem como a forte urbanização sobretudo do litoral e a desertificação do interior, associada a movimentos migratórios muito variados, constituem certamente importantes factores explicativos deste fenómeno (Bandeira, 1996; Rosa e Vieira, 2003; Guerreiro, 2003, Mauritti, no prelo).

---

<sup>1</sup> Investigadora do CIES, Bolseira da FCT.

<sup>2</sup> De acordo com a classificação do INE, nas “famílias de uma só pessoa”, tanto estão incluídas as pessoas que habitam sozinhas num alojamento, como outras que, partilhando um mesmo alojamento, se considera terem vidas independentes (Aboim, 2003; Guerreiro, 2003).

Neste sentido, como se observa no quadro 1, as pessoas sós marcam presença expressiva nos contextos regionais, do interior do país, particularmente assolados pelos processos de envelhecimento. Como são, no centro, as regiões, da Beira Interior, Pinhal Interior e Serra da Estrela ou, mais a sul, as sub-regiões do Alentejo (com índices de envelhecimento global da ordem dos 200 a 300 idosos para 100 crianças de 0-14 anos). Já na faixa litoral urbana, com maiores recursos, destaca-se a região de Lisboa, em particular Grande Lisboa, como a que acolhe maior número de pessoas sós, em 2001.

A incidência de pessoas sós no litoral do país é particularmente sublinhada quando se perspectiva a evolução do seu peso relativo por região. Nos dois anos censitários em referência, é notório que o maior incremento de pessoas sós se regista nas regiões de Pinhal Litoral, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Algarve e, ainda que em menor medida, também no Grande Porto.

**Quadro 1** – População portuguesa e pessoas sós por região NUT III, 1991 e 2001 (em valores absolutos e %)

Unidades territoriais	1991					2001							Δ 91-2001		
	População		Pessoas sós			População				Pessoas sós					
	(milhares)	%	(milhares)	%	%*	(milhares)	%	Índ. envelh.		Índ. Longev.		(milhares)		%	%*
							HM	M	HM	M					
Portugal	9867147	100,0	435864	100,0	4,4	10 356 117	100,0	102,2	121,8	41,4	44,0	631762	100,0	6,1	1,7
Minho-Lima	250059	2,5	10417	2,4	4,2	250 275	2,4	132,4	163,3	43,4	45,7	13098	2,1	5,2	1,1
Cávado	353267	3,6	8123	1,9	2,3	393 063	3,8	60,7	73,7	40,2	42,9	12367	2,0	3,1	0,8
Ave	466074	4,7	8717	2,0	1,9	509 968	4,9	60,3	72,4	38,3	40,8	13668	2,2	2,7	0,8
Grande Porto	1167800	11,8	39079	9,0	3,3	1 260 680	12,2	80,5	99,7	39,3	42,3	66029	10,5	5,2	1,9
Tâmega	509209	5,2	11943	2,7	2,3	551 309	5,3	56,7	66,4	39,6	41,7	15579	2,5	2,8	0,5
Entre Douro e Vouga	252370	2,6	5492	1,3	2,2	276 812	2,7	70,9	83,0	40,4	43,3	8987	1,4	3,2	1,1
Douro	238695	2,4	12269	2,8	5,1	221 853	2,1	128,0	152,9	43,0	45,4	14238	2,3	6,4	1,3
Alto Trás-os-Montes	235241	2,4	12216	2,8	5,2	223 333	2,2	165,4	184,1	42,6	44,9	15928	2,5	7,1	1,9
Baixo Vouga	350424	3,6	12285	2,8	3,5	385 724	3,7	94,3	110,5	41,0	43,9	17924	2,8	4,6	1,1
Baixo Mondego	328858	3,3	16689	3,8	5,1	340 309	3,3	135,6	161,3	42,3	45,0	23019	3,6	6,8	1,7
Pinhal Litoral	224334	2,3	8869	2,0	4,0	250 990	2,4	97,2	111,7	39,8	42,5	16795	2,7	6,7	2,7
Pinhal Interior Norte	139413	1,4	8507	2,0	6,1	138 535	1,3	163,0	197,2	46,7	49,4	10010	1,6	7,2	1,1
Dão-Lafões	282462	2,9	12534	2,9	4,4	286 313	2,8	125,1	146,9	44,0	46,6	16377	2,6	5,7	1,3
Pinhal Interior Sul	50801	0,5	3441	0,8	6,8	44 803	0,4	257,1	300,9	47,8	48,7	3795	0,6	8,5	1,7
Serra da Estrela	54042	0,5	3206	0,7	5,9	49 895	0,5	175,4	209,8	47,5	50,5	3641	0,6	7,3	1,4
Beira Interior Norte	118513	1,2	8525	2,0	7,2	115 325	1,1	188,7	220,2	47,3	49,3	9699	1,5	8,4	1,2
Beira Interior Sul	81015	0,8	6236	1,4	7,7	78 123	0,8	229,0	260,7	46,7	48,3	6987	1,1	8,9	1,2
Cova da Beira	93097	0,9	5518	1,3	5,9	93 579	0,9	153,4	186,3	44,3	46,5	6800	1,1	7,3	1,3
Oeste	314390	3,2	14918	3,4	4,7	338 711	3,3	112,3	129,3	40,7	43,5	21072	3,3	6,2	1,5
Médio Tejo	221419	2,2	11906	2,7	5,4	226 090	2,2	142,8	169,1	43,3	46,1	15763	2,5	7,0	1,6
Grande Lisboa	1880215	19,1	110395	25,3	5,9	1 947 261	18,8	107,7	132,9	40,3	43,6	164408	26,0	8,4	2,6
Península de Setúbal	640493	6,5	26240	6,0	4,1	714 589	6,9	93,4	109,2	38,0	40,9	45491	7,2	6,4	2,3
Alentejo Litoral	98519	1,0	5855	1,3	5,9	99 976	1,0	165,0	180,9	40,2	42,0	8016	1,3	8,0	2,1
Alto Alentejo	134607	1,4	8962	2,1	6,7	127 026	1,2	195,8	221,7	45,1	46,5	10051	1,6	7,9	1,3
Alentejo Central	173216	1,8	9969	2,3	5,8	173 646	1,7	160,5	182,6	42,5	44,3	13087	2,1	7,5	1,8
Baixo Alentejo	143020	1,4	8380	1,9	5,9	135 105	1,3	175,9	203,2	43,7	46,5	10370	1,6	7,7	1,8
Lezíria do Tejo	232969	2,4	11517	2,6	4,9	240 832	2,3	139,8	165,2	41,7	44,2	17029	2,7	7,1	2,1
Algarve	341404	3,5	19216	4,4	5,6	395 218	3,8	127,5	143,7	43,9	46,1	31399	5,0	7,9	2,3
Açores	237795	2,4	6973	1,6	2,9	241 763	2,3	60,5	72,9	42,0	44,6	9932	1,6	4,1	1,2
Madeira	253426	2,6	7467	2,6	2,9	245 011	2,4	71,6	91,5	39,3	41,0	10203	1,6	4,2	1,2

Nota: Percentagem por unidade territorial. - Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Esta tendência parece assim indicar um padrão de crescimento da vivência a só bastante diferenciado daquele que marcou a evolução demográfica, e em particular o “isolamento familiar”,<sup>3</sup> nas décadas de 1950 a 1980 do século XX (Bandeira, 1996: 381). Indicia, além disso, uma

<sup>3</sup> O “Isolamento familiar”, conceito utilizado por Mário Leston Bandeira no trabalho em referência, quanto a nós, tende a facilitar a associação entre vivência a só/isolamento/solidão. Ora, os dados contidos neste trabalho indicam que, se tal paralelismos podem ser verdadeiros para categorias mais fragilizadas, como sejam alguns segmentos de mulheres idosas (veja-se Mauritti, no prelo), o mesmo não se aplica a outros sectores, de mulheres e homens, altamente qualificados, que vivem sós (mas não necessariamente em isolamento social) por opção.

complexificação e diferenciação interna das dinâmicas, dos modelos e dos factores associados à vivência a só, no contexto actual da sociedade portuguesa. Em particular, neste segundo pólo de regiões, caracterizadas por intensos dinamismos e processos de transformação e modernização, e atravessados pela emergência de novos estilos de vida urbanos e novos valores (Pais, 1998; Ferrão, 2000; Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000; Costa, 2002)

O quadro 2, reportado aos indivíduos com 20 ou mais anos, por sexo e grupo etário, permite-nos uma aproximação a esta diferenciação interna do segmento de pessoas sós.

**Quadro 2** – Pessoas sós por sexo, idade e estado civil, 2001 (em valores absolutos e percentagem)

Indicadores	Sexo			Relação de masculinidade
	HM	H	M	
População ≥ 20 anos (milhares)	8 010 829	3 801 166	4 209 663	90
Pessoas sós ≥ 20 anos (milhares)	626 407	216 347	410 060	53
	7,8	5,7	9,7	
<i>Grupos etários</i> <sup>1</sup>				(População)
20-29 anos	4,3	4,5	4,1	102
30-34 anos	4,4	5,0	3,7	99
35-54 anos	4,1	4,5	3,6	95
55-64 anos	7,9	5,2	10,2	88
65-74 anos	15,4	7,9	21,5	80
> 75 anos	23,9	13,7	30,3	62
<i>Grupos etários</i> <sup>2</sup>				(Pessoas sós)
20-29 anos	11,0	16,7	8,0	111
30-34 anos	5,3	8,9	3,5	135
35-54 anos	18,3	28,7	12,8	118
55-64 anos	14,1	12,7	14,9	45
65-74 anos	24,5	16,2	28,8	30
≥ 75 anos	26,8	16,9	32,0	28
<i>Índice de longevidade</i> <sup>3</sup>				
População	41,4	37,8	44,0	
Pessoas sós	52,3	51,1	52,6	

Notas: 1) percentagem de pessoas sós no respectivo grupo etário; 2) percentagem no total de pessoas sós com 20 ou mais anos. 3) pessoas ≥ 75 anos no conjunto de pessoas ≥ 65 anos.

Um primeiro traço a realçar prende-se com a maior peso relativo destas pessoas quando tomamos por referência apenas esta faixa etária (na qual se localizam 99,2% das pessoas sós, em 2001). Outro traço prende-se com a forte componente feminina no conjunto destas pessoas.

A análise por grupos etários introduz algumas variações muito expressivas neste quadro. Numa primeira abordagem, permite, desde logo, distinguir, por um lado, um segmento mais jovem e masculino, que cobre grande parte dos indivíduos em idade activa (dos 20 aos 54 anos); por outro lado, um segmento marcadamente feminino, bastante envelhecido (acima de 50% destas mulheres tem 65 anos ou mais; para uma proporção de pouco mais de 20% de homens sós nesta mesma faixa etária).<sup>4</sup>

No primeiro conjunto de pessoas sós, para além dos indivíduos já inseridos na actividade, localizam-se também, provavelmente, quer alguns segmentos de jovens estudantes, quer indivíduos que tendo terminado a escolaridade optam por adiar, pelo menos por alguns anos, a constituição de uma nova família (particularmente notório na faixa dos 30-34 anos). Também o peso da imigração (onde domina claramente a componente masculina) poderá reflectir-se neste retrato estatístico sobre os perfis sociais da vivência a só.<sup>5</sup> Já no segundo segmento, muito provavelmente, viver só resultará com maior frequência de constrangimentos ligados ao ciclo de vida, decorrentes de viuvez (mais incidente nas mulheres devido à sobremortalidade masculina), de situações de separação/divórcio ou

<sup>4</sup> Veja-se Mauritti (no prelo) para uma abordagem dos perfis sociais e padrões de vida das pessoas com 55 e mais anos na sociedade portuguesa actual.

<sup>5</sup> Na década de 1990 o saldo migratório é responsável por cerca de 83% do aumento total da população (o qual foi cerca de 5%), concentrando-se a larga maioria destes estrangeiros na faixa etária dos 25-44 anos (Rosa e Vieira, 2003: 53-54).

da própria saída de casa dos filhos adultos. Nestes contextos, viver só apesar de poder implicar, também, trajectórias sociais de autonomização/individualização, pode, muitas vezes, aprofundar quadros, já por si precários de exclusão social, associados ao isolamento e à pobreza (veja-se Mauritti, no prelo).

Viver só na fase final do ciclo de vida é, sublinhe-se, o contexto de residência de, sensivelmente, 30% das mulheres portuguesas com 75 ou mais anos, e 14% dos homens na mesma faixa etária. O peso destes segmentos entre os homens e mulheres que vivem sós é, de resto, realçado nos respectivos “índices de longevidade”, bastante superiores aos que encontramos no conjunto da população, em 2001.

A proporção dos idosos no total de pessoas sós reflecte-se ainda num índice de rejuvenescimento/renovação global da respectiva população activa de 78 indivíduos de 20-29 anos para 100 de 55-64 anos (quando na população portuguesa este índice, em 2001, é de 143) (ver quadro 3).

Se equacionarmos de forma conjugada estes dois indicadores (índices globais de envelhecimento e rejuvenescimento), surge com expressividade a relação entre o peso de activos no conjunto de pessoa sós (37,3%) e os efeitos da respectiva estrutura etária. Esta é uma situação, de resto, ainda mais sublinhada no segmento feminino, já que a larga maioria de mulheres sós está inserida na categoria de inactivas reformadas.<sup>6</sup>

**Quadro 3** – Indicadores de caracterização socioprofissional das pessoas sós, numa perspectiva comparada (%)

Indicadores	População total		Pessoas sós
	1991	2001	2001
Taxa de actividade global	44,6	48,2	37,3
Taxa de actividade feminina	35,5	42,0	27,5
Índice de rejuvenescimento da população activa <sup>1</sup>	136,2	143,1	77,8
<i>Pessoas sem actividade económica</i> <sup>2</sup>		35,8	62,7
Estudantes	-	7,8	1,9
Domésticos	-	7,0	1,4
Reformados	-	22,2	54,3
Outros	-	5,5	5,2
<i>Lugares de classes</i>			
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	8,5	12,2	11,3
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	11,7	16,7	26,9
Trabalhadores Independentes	8,5	4,4	4,5
Agricultores Independentes	6,2	2,2	2,2
Empregados Executantes	27,1	32,4	32,8
Operários Industriais	34,3	30,3	20,5
Assalariados Agrícolas	3,7	1,8	1,9
Mulheres 25-29 anos com actividade económica <sup>3</sup>	-	85,0	91,0
Mulheres 30-49 anos com actividade económica <sup>3</sup>	-	77,1	89,6
Mulheres 50-64 anos com actividade económica <sup>3</sup>	-	41,5	44,2
Mulheres empresarias e dirigentes <sup>4</sup>	27,1	32,5	38,9
Mulheres profissionais técnicas e de enquadramento <sup>4</sup>	53,9	51,8	58,3
Mulheres empregadas executantes <sup>4</sup>	56,8	65,3	66,3

Notas: 1) Relação entre população que está potencialmente a entrar no mercado de trabalho (20-29 anos) e população que está a sair (55-64 anos); 2) percentagens sobre a população com 15 ou mais anos; 3) percentagens por sexo e escalão etário; 4) percentagens sobre o total de activos dessas categorias.

A análise pormenorizada da actividade por grupos etários (ilustrada no quadro por referência ao sector feminino) permite-nos reforçar o protagonismo das mulheres quer no que

<sup>6</sup> Na análise das distribuições das pessoas sós inactivas importa ainda relativizar o peso, muito diminuto, da categoria de estudantes. Aquele estará provavelmente subavaliado, tendo em conta, também aqui, os critérios de classificação do INE, que não permitem delimitar o segmento de estudantes trabalhadores, classificados sistematicamente segundo um critério onde domina o exercício de uma profissão. É, contudo, provável que pelo menos parte dos jovens com 20-29 anos aqui inseridos sejam, de facto, estudantes que acumulam simultaneamente uma actividade profissional.

respeita à população em geral, quer, em particular, no segmento de pessoas sós. Assim, se no conjunto da população os níveis de actividade feminina apresentam, como é sabido, patamares acima da média da União Europeia (Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000), o quadro 3 evidencia que no contexto da vivência a só esse protagonismo feminino é ainda mais marcante, pelo menos nos grupos etários que integram o grosso da população activa.

Como sugerem Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres (2000: 41), a actividade laboral feminina constitui um dos vectores primordiais de transformação da sociedade portuguesa contemporânea. Com implicações, desde logo, no estatuto social da mulher, nas configurações e nos padrões de vida individuais e familiares, de que a vivência a só constitui uma das modalidades possíveis.

Estas transformações manifestam-se ainda, como se pode observar no quadro 3, numa recomposição profunda da estrutura de classes sociais. Mesmo tomando apenas por referência os dados relativos a uma década, são notórias algumas das tendências de transformação que se vêm desenhando no nosso país desde meados do século passado (Almeida Costa, e Machado, 1994; Machado e Costa, 1998, Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000). Designadamente:

a *diminuição* muito expressiva *das profissões ligadas à agricultura*, seja no âmbito da actividade independente, seja no quadro do assalariamento. Categorias que, em 1960, detinham um peso relativo superior a 50% (Machado e Costa, 1998).

o *decréscimo do operariado industrial* e, simultaneamente, o *crescimento das categorias de assalariados dos serviços administrativos, comerciais e pessoais* (empregados executantes).

O crescimento das categorias melhor posicionadas na estrutura social: os empresários, dirigentes e profissionais liberais, situados no topo das distribuições sociais de recursos, poderes e status, e os profissionais técnicos e de enquadramento, no fundamental correspondentes às “novas classes médias”.

Este quadro de evolução, reportado à sociedade portuguesa, reflecte-se, de forma expressiva, na distribuição dos lugares de classe do segmento de pessoas sós. Mas aqui importa notar, face ao contexto nacional, a sobre-representação da categoria socioprofissional dos profissionais técnicos e de enquadramento. Categoria que, de resto, tal como acontece para o conjunto da população é maioritariamente exercida por mulheres.

Em particular o posicionamento relativo desta categoria, é particularmente ilustrativo do nível de qualificações que enquadra a categoria dos activos no conjunto das pessoas sós. É um crescimento que traduz, em primeiro lugar, as conquistas na escolarização superior, particularmente incidente no segmento feminino da população. Enquadra-se também em “tendências de fundo da chamada sociedade de informação e do conhecimento, com incorporação crescente de tecnicidade – operatória e relacional, simbólica e analítica – numa parte significativa das actividades económicas e dos serviços públicos. Acompanha igualmente outra tendência pesada, relativa à expansão do ‘consumos qualitativos’: lúdicos e culturais, estéticos e desportivos, de educação e saúde, entre outros” (Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000: 25).

Numa perspectiva complementar, o quadro 5 desenvolve uma comparação destes indicadores por sexo, alargando ainda a análise ao contexto da União Europeia.

**Quadro 4** – Estrutura dos lugares de classes, União Europeia, população portuguesa e pessoas sós, 2001 (percentagem)

Lugares de classe	União Europeia <sup>1</sup>			Portugal			Pessoas sós		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	14,9	18,9	9,6	11,9	14,4	8,9	11,3	13,4	9,1
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	24,9	21,8	28,9	16,7	14,5	19,3	26,9	21,7	32,3
Trabalhadores Independentes	4,2	4,9	3,3	4,8	5,2	4,0	4,5	4,5	4,5
Agricultores Independentes	2,1	2,2	1,9	2,2	2,6	1,7	2,2	2,6	1,8
Empregados Executantes	30,3	17	47,9	32,4	20,4	47,4	32,8	21,4	44,9
Operários Industriais	22,3	33,5	7,6	30,3	40,6	17,6	20,5	33,7	6,5
Assalariados Agrícolas	1,3	1,7	0,8	1,8	2,2	1,2	1,9	2,8	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: 1) UE15, 2002.

Fonte: INE (2003), Censos 2001 (Edição em CDROM), quadro 4.13; Eurostat, Inquérito ao Emprego, 2002.

Numa primeira abordagem destes dados, importa notar a enorme convergência entre a estrutura dos lugares de classe que caracteriza as distribuições, por sexo, relativas ao contexto europeu e às pessoas sós incluídas no segmento activo da população. Além disso, importa sublinhar,

também aqui, o forte protagonismo das mulheres sós em Portugal, com um perfil global de qualificações que ultrapassa mesmo aquele que padroniza o conjunto dos países da União, visível, simultaneamente, no maior peso relativo das categorias de profissionais técnicas e de enquadramento e no menor peso das empregadas executantes. Estes dois segmentos cujo protagonismo converge ainda com a tendência de forte terciarização do emprego.

O conjunto de indicadores sobre os processos de recomposição socioprofissional parecem, assim, sublinhar, em particular no que respeita ao sector feminino de pessoas sós, a existência de processos marcados por dinâmicas socioculturais específicas das diversas gerações. Onde as mais novas, com maiores recursos socioprofissionais e qualificacionais, eventualmente, mais orientadas pela procura de realização pessoal e vocacional, tendem a veicular práticas de autonomização familiar e de envolvimento profissional que as aproximam dos seus congéneres masculinos (Mauritti, 2002).

Complementando esta análise, no quadro 5 apresentam-se alguns indicadores que comparam os padrões educacionais da população portuguesa e das pessoas sós.

Um primeiro traço a realçar respeita aos índices de analfabetismo respeitantes quer à população portuguesa, em 1991 e 2001, no seu conjunto, quer, neste último ano, ao segmento de pessoas sós.

A persistência de taxas relativamente elevadas de analfabetismo constitui, ainda na actualidade um dos traços que mais singulariza Portugal no contexto europeu, exprimindo-se como uma característica de atraso mesmo em relação aos países da UE menos adiantados na escolarização das suas populações (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000). Este é porém um fenómeno em decréscimo, actualmente, com uma presença localizada essencialmente nas faixas etárias mais idosas, e com maior preponderância nas mulheres. É nesta óptica que deve ser perspectivado o peso muito grande desta categoria no conjunto das pessoas sós: trata-se, fundamentalmente, dos idosos e muito idosos, com uma representação de conjunto que envolve sensivelmente metade das mulheres sós e 1/5 dos homens sós.

**Quadro 5** – Indicadores de composição educacional das pessoas sós numa perspectiva comparada (percentagem)

Indicadores	Portugal		Pessoas sós
	1991	2001	2001
Taxa de analfabetismo	11,0	9,0	23,2
Homens com $\geq$ 20 anos com secundário completo	13,4	13,3	28,4
Mulheres com $\geq$ 20 anos com secundário completo	13,0	13,6	19,7
População que atingiu o ensino médio ou superior	6,3	11,5	16,4
Estudantes no ensino superior <sup>1</sup>	219 424	400831*	-
Estudantes do sexo feminino no ensino superior	55,0	-	-
Estudantes universitários sobre a população de 20-24 anos <sup>2</sup>	28,7	50,7	-

Nota: \* Ano lectivo 2002-2003.

Fonte: INE, Censos; ME, Estatísticas da Educação; MCES/DGES, Estatísticas sobre o Acesso ao Ensino Superior.

Já nos restantes indicadores considerados no quadro 5 será de realçar, antes de mais, a relativa estabilização no peso relativo dos níveis educacionais no nível de escolaridade secundário. Se no indicador de analfabetismo as pessoas sós, em termos de conjunto, apresentam uma distribuição muito precária, o mesmo não acontece no respeitante aos padrões de escolarização nos níveis secundário e superior (23,7% das pessoas sós concluiu o nível secundário, contra apenas pouco mais de 13% da população portuguesa).

Estas proporções no que respeita às pessoas sós estarão certamente subavaliadas nas faixas etárias em idade activa, desta população.

Esta é, certamente, uma das dimensões que importa aprofundar nesta pesquisa, tal como a incorporação de uma perspectiva diacrónica que permita observar a evolução das diversas dimensões aqui analisadas, pelo menos, a meados do século passado. Isto tanto no que respeita à população portuguesa, como especificamente no que concerne às pessoas sós.